

Os riscos ocupacionais de gestantes do campo

Los riesgos laborales de las mujeres embarazadas en el campo

Plácido Garcia Ramos
ileadih@gmail.com

Mestrado em Sociologia e Saúde IESLA, Brasil

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar os agentes de riscos ocupacionais a que gestantes do campo estão submetidas no Brasil, bem como os fatores relacionados aos mesmos. Optou-se por uma pesquisa qualitativa e descritiva por meio de uma revisão bibliográfica sistemática com base em literatura acessada entre os anos de 2016 a 2018. As gestantes do ambiente rural estão expostas a riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, de acidentes e psicossociais. Os riscos físicos se relacionam com a radiação solar e os ruídos. Os riscos químicos com a contaminação por agrotóxicos e outros produtos químicos. Os riscos biológicos com a aquisição de microrganismos, como vírus, bactérias, protozoários e vermes. Os riscos ergonômicos com o esforço físico e a postura inadequada. Os riscos de acidentes com animais peçonhentos e traumas com máquinas e ferramentas. E os riscos psicossociais relacionados ao estresse, ansiedade e depressão. Uma vez que os determinantes sociais da população do campo interferem no processo saúde e doença, os riscos laborais das gestantes rurais devem ser identificados precocemente, prevenindo doenças e agravos. O tema pesquisado requer maiores estudos, visto que existem poucos trabalhos com enfoque na gestante trabalhadora do ambiente rural.

Palavras-chave: gestantes, riscos ocupacionais, saúde da população rural.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo identificar los agentes de riesgo laboral a los que están sometidas las mujeres embarazadas rurales en Brasil, así como los factores relacionados con ellos. Se optó por una investigación cualitativa y descriptiva mediante una revisión sistemática basada en la literatura consultada entre los años 2016 a 2018. Las mujeres embarazadas en el medio rural están expuestas a riesgos físicos, químicos, biológicos, ergonómicos, accidentales y psicossociales. Los riesgos físicos están relacionados con la radiación solar y el ruido. Riesgos químicos con contaminación por pesticidas y otros químicos. Riesgos biológicos con la adquisición de microorganismos como virus, bacterias, protozoos y gusanos. Riesgos ergonómicos con esfuerzo físico y posturas inadecuadas. Los riesgos de accidentes con animales venenosos y traumatismos con máquinas y herramientas. Y los riesgos psicossociales relacionados con el estrés, la ansiedad y la depresión. Dado que los determinantes sociales de la población rural interfieren en el proceso de salud y enfermedad, es necesario identificar tempranamente los riesgos laborales de las mujeres embarazadas rurales, previniendo enfermedades y lesiones. El tema investigado requiere mayores estudios, ya que existen pocos estudios centrados en mujeres embarazadas que trabajan en el medio rural.

Palabras claves: mujeres embarazadas, riesgos laborales, salud de la población rural.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) ressalta que os determinantes sociais do campo e da floresta interferem de maneira direta no processo saúde e doença dessas populações. Considerando as condições desfavoráveis de saúde dessa parcela, a política visa reduzir as iniquidades nesse setor e diminuir agravos que incidem na morbidade e mortalidade deste grupo (BRASIL, 2013a).

Dessa maneira, a saúde dos trabalhadores, nesse âmbito, também está subordinada a quesitos sociais, raciais, de gênero, econômicos, tecnológicos, organizacionais em relação à produção e ao consumo e também aos fatores de risco de natureza física, química, biológica, mecânica e ergonômica advindos dos processos de trabalho (BRASIL, 2013a).

Conforme Cremonese et al (2012), os riscos ocupacionais de gestantes rurais devem ser conhecidos e levados em consideração na realização do pré-natal. Pois o trabalho rural pode levar as gestantes trabalhadoras ao adoecimento devido a longa jornada de trabalho e a riscos específicos das atividades do campo (MENEGAT; FONTANA, 2010). Estudos revelam que os recém-nascidos de mulheres do campo possuem maiores chances de ter baixo peso e malformações devido à exposição da mulher grávida aos agrotóxicos (CREMONESE et al, 2012).

Marchiori e Ferraz (2016) em seu estudo identificaram uma população rural com nível socioeconômico baixo, habitações precárias, falta de saneamento básico, isolamento social devido grande distância entre as comunidades e escassez de iluminação, transporte, segurança pública e lazer. Caracterizam, dessa maneira, a população do campo socialmente vulneráveis, devido a história econômica, política e cultural de exploração e marginalização da mulher e camponeses e propõe a diminuição dos riscos laborais de gestantes trabalhadoras do campo.

As populações do campo e da floresta podem ser qualificadas por povos e comunidades que possuem o modo de vida, produção e representação social pautados majoritariamente na terra: são os camponeses, agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados ou acampados, assalariados e temporários que residam ou não, necessariamente, no campo. Também as comunidades tradicionais, dentre elas as ribeirinhas, quilombolas, as que habitam reservas extrativistas e as populações atingidas por barragens (BRASIL, 2013a).

A PNSIPCF pretende melhorar a saúde das populações do campo e da floresta abarcando ações que levem em consideração as particularidades de gênero, geração, raça, cor, etnia e orientação sexual com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços de saúde e reduzir os riscos advindos dos processos de trabalho e inovações tecnológicas agrícolas, reafirmando os princípios básicos do Sistema Único de Saúde (SUS) de equidade, universalidade e integralidade. Vale ressaltar a importância da articulação dessa política com outras políticas e esferas de atuação, como a educação, o trabalho, o saneamento e o ambiente (BRASIL, 2013a).

Apesar de grandes avanços, o Brasil segue apresentando disparidades na distribuição da riqueza, com frações da população em condições de pobreza, sem acesso ao básico de condições primordiais à saúde. Nesse sentido, a pobreza não se resume à carência de bens materiais, mas sim a vulnerabilidade devido a ausência de oportunidades de opções entre diferentes alternativas. Assim, a pobreza se reflete na falta de emprego, moradia digna, alimentação apropriada, saneamento básico, serviços de saúde, educação e participação popular na elaboração de políticas públicas (BRASIL, 2013a).

Os acidentes e as doenças correlacionados ao trabalho são previsíveis e evitáveis. A esfera agrícola contribuiu com 3,9% dos acidentes de 2008, conforme o Anuário Estatístico da Previdência Social. As doenças que mais aparecem relacionadas ao trabalho são as lesões por esforços repetitivos e os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho, os adoecimentos mal definidos e o sofrimento mental ligados a silicose e intoxicações por metais pesados e agrotóxicos (BRASIL, 2008).

Sugere-se trazer em questão os riscos ocupacionais no momento da consulta do pré-natal ou grupos de gestante pelo fato de ser um local de interação e diálogo do profissional de saúde com a gestante trabalhadora. Isso possibilita o profissional conhecer os processos de trabalho e realizar assistência de acordo com a realidade de vida e trabalho das grávidas. O pré-natal também abarca as práticas de educação em saúde individuais e coletivas para a troca de saberes e transformação da realidade (BRASIL, 2013b). A educação em saúde amplia a capacidade do indivíduo de direcionar suas próprias ações para a autonomia (SANT'ANA, 2009).

Orienta-se que os profissionais de saúde atuantes no meio rural conheçam o seu território e as condições de vida da população, possibilitando a identificação de riscos, vulnerabilidades e demandas locais (BRASIL, 2006).

A Política Nacional de Atenção Básica permite o desenvolvimento de ações intersetoriais que proporcionem resultados positivos aos condicionantes e determinantes de saúde da população do campo e a identificação dos motivos que desencadeiam os agravos à saúde, bem como ações para solucioná-los. (BRASIL, 2006; THOLLENT, 2012).

Observa-se que as gestantes trabalhadoras do campo estão condicionadas a agentes de risco laborais específicos à realidade em que estão inseridas, sendo de extrema importância a identificação desses pela equipe de saúde durante o pré-natal a fim de prevenir doenças e promover a saúde da gestante e do feto. Dessa forma, o presente estudo pretende identificar agentes de riscos ocupacionais a que gestantes do campo estão submetidas, bem como buscar informações acerca dos mesmos. Nesse aspecto, o estudo possui grande relevância para os profissionais de saúde que atuam no ambiente rural e para as mulheres grávidas trabalhadoras do campo, corroborando para melhorias na qualidade de vida dessa população e dos indicadores de saúde, além de ir ao encontro com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.

METODOLOGIA

Segundo Gil (2008), a finalidade primordial de uma pesquisa é encontrar respostas para um determinado problema e, para isso, utiliza-se o emprego de procedimentos científicos. Assim sendo, o presente trabalho é pautado pelo estudo qualitativo e descritivo por meio de uma revisão bibliográfica sistemática com base na literatura acessada no Google Acadêmico entre 2016 a 2018.

A pesquisa qualitativa ressalta os sujeitos sociais, os quais possuem atributos que o investigador ambiciona conhecer, ou seja, objetiva que o grupo de informações estudado possua um conjunto de expressões que a pesquisa almeja desvelar (MYNAIO, 2004).

O estudo descritivo é útil para descrever as características de um grupo, relacionar as variáveis de um estudo,

registrar, analisar e interpretar dados, se tornando imprescindível para auxiliar na identificação de riscos a que trabalhadoras gestantes estão submetidas (ANDRADE, 2002; BOENTE; BRAGA, 2004; GIL, 2008; TRIVIÑOS, 1987).

A revisão sistemática se caracteriza pelo planejamento, sistematização e escolha de métodos criteriosos na coleta e análise dos dados de uma revisão. Assim sendo, esse método possibilita a busca, síntese e análise crítica do assunto investigado, bem como a percepção sobre o estado atual do conhecimento e a detecção de possíveis lacunas para embasar a elaboração de novas pesquisas (WHITTEMORE; KNAFL, 2005).

Como critérios de inclusão foram estabelecidos: artigos completos no idioma português e publicações entre 2016 a 2018. E como critérios de exclusão: títulos e resumos que não diziam respeito à temática, ou seja, os riscos ocupacionais de gestantes do campo, e períodos fora da faixa dos anos estabelecidos.

Utilizou-se para a pesquisa o descritor "os riscos ocupacionais da gestante do campo" obtendo-se 3.590 resultados em ordem de relevância, sendo que desses apenas dez artigos possuíam título compatível com o tema e cinco abordaram especificamente o tema delimitado em seus resumos. Os outros cinco artigos foram avaliados, porém sem relação específica com o assunto e os demais títulos destoaram totalmente da temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após leitura e análise minuciosa dos cinco artigos selecionados, os riscos laborais das gestantes do campo foram identificados e dispostos em uma tabela, com identificação dos autores, para melhor visualização. Outra tabela também foi elaborada com os fatores relacionados e exemplos, ambos coletados nos artigos para cada risco identificado.

Tabela 1. Riscos ocupacionais das gestantes do campo

Referências	Risco ocupacionais
MARCHIORI, P. M.; FERRAZ, L.; MADUREIRA, V. S. F., 2016.	Físico, químico, biológico, ergonômico, mecânico e de acidente.
MACEDO, D. B.; GOUVEIA, J. B., 2016.	Físicos, químico, biológico, ergonômico, de acidente e psicossocial.
MARCHIORI, P. M.; FERRAZ, L., 2016.	Físico, químico, biológico, ergonômico, mecânico e de acidente.
MARCHIORI, P. M.; FERRAZ, L.; OLIVEIRA, P. P., 2017.	Físico, químico, biológico, ergonômico, mecânico e de acidente.
PUSTIGLIONE, M., 2017.	Físico, químico, biológico, biomecânico, acidental, psicossocial e organizacional.

Fonte: elaborado pelo autor.

Tabela 2. Riscos ocupacionais e fatores relacionados

Natureza dos riscos ocupacionais	Exemplos citados nos estudos
FÍSICO	Frio, calor, ruídos, radiação solar, umidade, vibração e intempéries da natureza.
QUÍMICO	Pesticidas, formol, agrotóxicos, fertilizantes, organofosforados, hipoclorito de sódio e produtos químicos em geral; dióxido de carbono e amônia resultantes das fezes dos animais; produtos para limpar galpão e casca de ovo para incubação; lavagem de uniformes utilizados na pulverização de pesticidas.
BIOLÓGICO	Consumo de alimento contaminado; bactérias, vírus, parasitas, protozoários, fungos; leptospirose, hantavirose e toxoplasmose; partículas de grãos, ácaros, pólen, detritos, excretas de bovinos e roedores; consumo de leite não pasteurizado; contato com a terra sem EPI; poeira na varredura do galpão, transporte da silagem, manuseio de restos alimentares em cochos de animais e manuseio de lenhas e entulhos no quintal; medicalização.
ERGONÔMICO/BIOMECÂNICO	Esforço físico; jornada de trabalho prolongada; repetitividade e postura inadequada adotada durante a atividade de plantar, capinar, colher, coletar ovos, ordenhar e manusear os animais.

MECÂNICO E DE ACIDENTES	Acidentes com animais peçonhentos; uso de ferramentas, como objetos pérfuro-cortantes; manuseio com animal de grande porte; obstáculo físico; falta de uso de EPI; uso de máquinas e ferramentas; altura; quedas de mesmo nível e arranjo físico; acidente com máquinas; estrada de terra desnivelada, com pedras e buracos; trauma abdominal.
PSICOSSOCIAL	Fatores psicológicos, carga de trabalho físico e mental, rotina e atitude de vida; estresse, ansiedade e depressão.

Fonte: elaborado pelo autor.

Além dos dados das tabelas, vale ressaltar que dos cinco artigos, três identificaram o ambiente laboral habitual das gestantes: avicultura (coleta e preparo para a incubação de ovos), pecuária leiteira (ordenha manual e mecânica), alimentação dos animais, limpeza de galpão (para alimentação do gado e guarda dos animais), agricultura de subsistência (plantio, manutenção da horta/canteiros e colheita) e granja de suínos. E dois citaram frequência e horas trabalhadas: trabalho de sete vezes na semana com oito horas diárias podendo chegar a 10 horas diárias.

A população do campo e da floresta, produtivamente e socialmente, está ligada a terra. É caracterizada pelos camponeses, como agricultores familiares, trabalhadores rurais assentados ou acampados, assalariados e temporários. Além das comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, quilombolas, as que habitam reservas extrativistas e a população atingida por barragens (BRASIL, 2013a).

São Paulo (2017) classifica a população rural pelo cultivo, produção de sementes e mudas, pecuária (inclui granjas), outras criações (abelhas, filhotes), pesca e afins. Descreve as atividades como cultivo da cana-de-açúcar, laranja, uva, acerola, outras frutas cítricas, serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas.

Dois artigos trouxeram a Norma Regulamentadora (NR) 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) para antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais. Dois citam a NR 31 - Ações de fiscalização do ambiente de trabalho rural para agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura com a segurança, saúde e ambiente do trabalho. Uma pesquisa aborda a NR 7 - Programa de Controle Médico de Saúde (P.C.M.S.O) Ocupacional. Dois artigos ressaltam a NR6 - A qual dispõe sobre o uso e guarda dos Equipamentos de proteção Individual (EPIs). Um artigo abordou sobre a NR 32 - Exposição de gestantes a radiações ionizantes, quimioterápicos e vapores anestésicos.

As Normas Regulamentadoras (NR) são disposições legais e regulamentares sobre a medicina e segurança do trabalho. São obrigatórias para empresas privadas e públicas e o não cumprimento acarreta penalidades. Para o presente estudo, vale ressaltar a NR 31, a qual objetiva estabelecer preceitos para a organização do ambiente de trabalho, compatibilizando o planejamento e desenvolvimento da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. Têm por finalidade identificar problemas de segurança e saúde, desenvolvendo métodos de controle dos riscos e melhores condições de trabalho. Como prioridade, tem a eliminação de riscos, medidas de proteção coletiva e pessoal. As ações de melhoria necessitam levar em conta os riscos químicos, físicos, mecânicos e biológicos, investigação dos acidentes e suas causas e a organização do trabalho (BRASIL, 2005).

A NR 31 ainda aborda os agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins; meio ambiente e resíduos; ergonomia (agente de risco biomecânico); ferramentas manuais; segurança no trabalho em máquinas e implementos agrícolas; secadores; silos; acessos e vias de circulação; transporte de trabalhadores; transporte de cargas; trabalho com animais; fatores climáticos e topográficos; medidas de proteção pessoal (EPI); edificações rurais (armazéns, silos e depósitos); instalações elétricas; áreas de vivência (conforto, alojamento, moradia); anexos para máquinas, equipamentos e implementos (BRASIL, 2005).

Baseando-se na análise dos artigos e conforme a Política Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (2013a), o processo produtivo pode ocasionar a exposição do trabalhador a fatores de riscos físicos, químicos, biológicos, mecânico, ergonômicos e psicossociais, causadores de agravos previsíveis e, por isso, evitáveis.

Em relação aos riscos físicos a que gestantes estão submetidas, como a radiação ultravioleta, sol, calor e hipertermia, as consequências são de restrição de crescimento intrauterino, prematuridade, morte fetal, malformações, mutagênese, carcinogênese, distúrbios do desenvolvimento (D'IPPOLITO, 2005; LIMA; OLIVEIRA, 2005). Além desses, o trabalhador rural também está sujeito ao edema, câimbras, neoplasias de pele, dermatites, conjuntivite, pterígio, ceratite, catarata, queimadura solar, urticária (SÃO PAULO, 2017).

Nos riscos químicos, como agrotóxicos e produtos químicos em geral, as gestantes e fetos correm risco de aborto espontâneo e anomalias congênitas, além das crianças virem a apresentar mais tarde distúrbios da atenção e

hiperatividade (BURING ET AL., 1985; CORREIA, 2004; MARKS ET AL., 2010). De acordo com Paraná (2013), os grupos mais vulneráveis em relação ao uso de agrotóxicos são crianças, idosos e gestantes. Além disso, a pessoa trabalhadora do ambiente rural também pode contrair dermatite e urticaria alérgicas, leucemias, osteonecroses, osteomalácia, fluorose do esqueleto, pneumonite, vários tipos de câncer, depressão, lesão hepática, insuficiência renal. Os principais sintomas são de dificuldade para dormir, falta de força, nervosismo, vertigem, cefaleia, falta de apetite, tontura, vômito, convulsões, sangramento nasal, desmaio, confusão mental (SÃO PAULO, 2017).

No que diz respeito aos riscos biológicos das gestantes, um dos mais citados nas pesquisas avaliadas, como patologias causadas por vírus, fungos, bactérias, protozoários, parasitas e também as zoonoses, as consequências se relacionam ao aborto espontâneo, malformação congênita, microcefalia no feto, prematuridade, infecção do trato urinário e parto prematuro, genotoxicidade, mutagênese e teratogênese (BOGGESS ET AL., 2005; CAUCHEMEZ ET AL., 2016; HEIN ET AL., 2016; MORALES-SUÁREZ-VARELA ET AL., 2010; PUSTIGLIONE, 2017). O trabalhador rural também está submetido a febre amarela, dengue, malária, chikungunya, zika, leishmaniose, micoses, febre maculosa, doenças por micotoxinas, entre outras (SÃO PAULO, 2017).

No tocante aos riscos ergonômicos ou biomecânicos, como postura inadequada e esforço físico, a grávida do campo pode contrair afecções musculoesqueléticas, como lombalgia. Também pode ocorrer estresse fetal, restrição de crescimento intrauterino, baixo peso e prematuridade (DAVIES ET AL., 2003; LIMA; OLIVEIRA, 2005). Além dos exemplos citados, o trabalhador camponês corre o risco de transtornos de plexo braquial, síndrome do túnel do carpo, mononeuropatias, artroses, síndrome cervicobraquial, dorsalgia, problemas no nervo isquiático, sinovites e tenossinovites, transtornos dos tecidos moles, bursite, fibromatoses e outras patologias (SÃO PAULO, 2017).

Quando se fala em acidentes durante a gestação, como traumas mecânicos e acidentes com animais peçonhentos, podem ocorrer estresse fetal, restrição do crescimento intrauterino e prematuridade, morte fetal e deslocamento de placenta (LIMA; OLIVEIRA, 2005; MARTINS-COSTA, 2005; STONE, 1999). Além disso, é possível citar que o ambiente rural é suscetível ao tétano, ofidismo, escorpionismo, lonomia, acidentes e traumas com máquinas, veículos e ferramentas, vítima de raio, choque elétrico, queda, intoxicação alimentar, entre outras ocorrências (SÃO PAULO, 2017).

Já em relação aos riscos psicossociais e organizacionais, o qual foi o menos citado nos trabalhos analisados, a gestante pode estar submetida ao estresse, a ansiedade e a depressão o que pode gerar transtornos do desenvolvimento ao feto (RENNÓ JÚNIOR, 2016). Além disso, o labor do campo também pode estar associado ao alcoolismo, transtornos de adaptação, estresse grave e pós-traumático, transtornos mentais e comportamentais, transtornos neuróticos e síndrome de Burn-Out (SÃO PAULO, 2017).

Conforme Brasil (2013a), informações específicas acerca da saúde das populações do campo e da floresta nos sistemas de informação do Sistema Único de Saúde (SUS) são de extrema relevância, pois proporciona a identificação dos agravos a que está submetida essa parcela da população.

Devem ser compulsoriamente notificados os acidentes graves e fatais; acidentes com animais peçonhentos; dengue; febre amarela; febre chikungunya; febre maculosa; intoxicações exógenas; leishmaniose; malária; e tétano (BRASIL, 2016a; SÃO PAULO, 2017).

A Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças e Agravos pela Estratégia de Vigilância Sentinela em Saúde do Trabalhador traz o câncer relacionado ao trabalho, dermatoses ocupacionais, lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (LER/DORT), perda Auditiva Induzida por Ruído - PAIR relacionada ao trabalho, pneumoconioses relacionadas ao trabalho, transtornos mentais relacionados ao trabalho (BRASIL, 2016b; SÃO PAULO, 2017).

Conforme São Paulo (2017), os fatores de risco para doenças laborais, notificações de acidentes e doenças do trabalho devem ser realizados e identificados precocemente, proporcionando a prevenção para um trabalho seguro.

As medidas de proteção e prevenção devem ser direcionadas para reduzir ao máximo e eliminar o agente de risco laboral e na inadmissibilidade de exposição desprotegida. Este é o princípio fundamental da segurança e saúde no trabalho (PUSTIGLIONE, 2014; SÃO PAULO, 2017).

CONCLUSÕES

Pode-se referir que as gestantes trabalhadoras do campo estão sujeitas a diversos riscos ocupacionais. As mesmas atuam em ambientes como avicultura, pecuária leiteira, alimentação dos animais, limpeza de galpão, agricultura de subsistência, granja de suínos e estão expostas a riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos, de acidentes e psicossociais. Os riscos físicos se relacionam com a radiação solar e os ruídos. Os riscos químicos com a contaminação por

agrotóxicos e outros produtos químicos utilizados no ambiente rural. Os riscos biológicos com a aquisição de doenças por vários microorganismos, como vírus, bactérias, protozoários e vermes. Os riscos ergonômicos com o esforço físico e a postura inadequada durante a realização de atividades. Os riscos de acidentes com animais peçonhentos e traumas, perfurações e lacerações com máquinas, ferramentas e veículos. E os riscos psicossociais relacionados com a sobrecarga de trabalho, estresse, ansiedade e depressão. Uma vez que os determinantes sociais da população do campo interferem no processo saúde e doença, os riscos laborais devem ser identificados precocemente por meio do trabalho de prevenção e orientação durante a realização do pré-natal, a fim de se evitar possíveis patologias na gestante e no feto. Dentre as principais complicações relacionadas ao ambiente laboral estão os partos prematuros, as malformações fetais, a restrição do crescimento intrauterino e os óbitos fetais. Para a tarefa de identificação de riscos e prevenção de acidentes e doenças os artigos avaliados ressaltam principalmente as NRs 6, 9 e 31, as quais tratam respectivamente do uso de EPIs, prevenção de acidentes e fiscalização do trabalho rural. O teor da pesquisa possui fundamental importância para subsidiar os profissionais de saúde durante o exercício profissional e o tema requer maiores estudos, visto que existem poucos trabalhos com enfoque na gestante trabalhadora do campo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico da Previdência Social 2008. Brasília, 2008. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Portaria Nº 204 de 17 de fevereiro de 2016 que Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. DOU de 18.02.2016a.
- BRASIL. Ministério da Saúde do Brasil. Portaria Nº 205 de 17 de fevereiro de 2016 que Define a Lista Nacional de Notificação de doenças e agravos e eventos na forma do anexo, a serem monitoradas por meio da estratégia de vigilância em unidades sentinelas e suas diretrizes. DOU de 18.02.2016b.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco. Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2013b. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. reimp. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013a.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política nacional de atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2006. (Série Pactos pela Saúde, v.4). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_basica_2006.pdf>. Acesso em: 26 out. 2018.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n.º 86, de 03 de março de 2005. Aprova a Norma Regulamentadora n.º 31 (Segurança e Saúde no Trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura). Diário Oficial da União. 2005.
- BOENTE, A.; BRAGA, G. Metodologia científica contemporânea para universitários e pesquisadores. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.
- CREMONESE, C.; FREIRE, C.; MEYER, A.; KOIFMAN, S. Exposição a agrotóxicos e eventos adversos na gravidez no Sul do Brasil, 1996-2000. Cad Saúde Pública. 2012;28(7):1263-72. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2012000700005>.
- GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 6. ed., 2008.
- MACEDO, D. B.; GOUVEIA, J. B., 2016. A saúde e segurança do trabalhador rural em uma granja de suínos: setor gestação e maternidade. Curso de Especialização Lato Sensu em Gestão de Pessoas, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Sul Brasil – Fasul, 2016. Disponível em: <https://fasul.edu.br/publicacoes-online/app/webroot/files/trabalhos/20161014-111303.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- MARCHIORI, P. M.; FERRAZ, L., 2016. Gestante agricultora: agravos e riscos ocupacionais. Rev Ter OcupUniv São Paulo. 2016 maio/ago.;27(2):190-8. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/download/102840/116482> · Arquivo PDF. Acesso em: 15 dez. 2018.
- MARCHIORI, P. M.; FERRAZ, L.; MADUREIRA, V. S. F., 2016. O que orientar à gestante trabalhadora do meio rural: qualificando o conhecimento do agente comunitário de saúde. Perspectiva, Erechim. v. 40, n.149, p. 163-174, março/2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63010209.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.
- MARCHIORI, P. M.; FERRAZ, L.; OLIVEIRA, P. P., 2017. A assistência pré-natal das trabalhadoras rurais na estratégia saúde da família. Revenferm UFPE online. Recife, 11(12):4970-9, dec., 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/download/12834/25322>>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- MENEGAT, R.P.; FONTANA, R.T. Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento. CiencCuid Saúde. 2010;9(1):52-9. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v9i1.7810>.

- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Vigilância em Saúde. Centro Estadual de Saúde do Trabalhador. Protocolo de avaliação das intoxicações crônicas por agrotóxicos. Curitiba, fevereiro de 2013.
- PUSTIGLIONE, M., 2017. Trabalhadoras gestantes e lactantes: impacto de agentes de risco ocupacional (ARO) no processo de gestação, no conceito e no lactente. *RevBrasMed Trab.* 2017;15(3):284-94 Disponível em: <www.rbmt.org.br/export-pdf/260/v15n3a14.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- PUSTIGLIONE, M.; TORRES, R. A. T.; COSTA SÁ, E. Doenças causadas por príons e provável nexos ocupacionais. *RevBrasMed Trab.* 2014;12(2):96-99.
- SANT'ANA, R.B. Autonomia do sujeito: as contribuições teóricas de G.H. Mead. *Psicol Teor Pesq.* 2009;25(4):467-77. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722009000400002>.
- SÃO PAULO (Estado). Protocolo Clínico 1: O Trabalhador Rural em Atividades de Cultivo. Divisão de Vigilância Sanitária do Trabalho - DVST/Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Estadual - CEREST Estadual. CPDC/CCD/SES-SP 2017.
- THIOLLENT, M. Fundamentos e desafios da pesquisa ação: contribuições na produção de conhecimentos interdisciplinares. In: Toledo RF, Jacobi PR, organizadores. *A pesquisa-ação na interface da saúde, educação e ambiente: princípios e desafios e experiências interdisciplinares.* São Paulo: Annablume; 2012. p.17-39.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, 52(5), 546–553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>